

Educação linguística — 4



EDITORA AFILIADA

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA

1. *Nada na língua é por acaso — Por uma pedagogia da variação linguística*
Marcos Bagno
2. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*
Luiz Antonio Marcuschi
3. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*
Marcos Bagno
4. *Gramática do português brasileiro*
Mário A. Perini

GRAMÁTICA
DO
PORTUGUÊS
BRASILEIRO

MÁRIO A. PERINI



EDITOR: *Marcos Marcionilo*

CAPA E PROJETO GRÁFICO: *Andréia Custódio*

REVISÃO: *Silvana Cobucci Leite*

CONSELHO EDITORIAL: *Ana Stahl Zilles [Unisinos]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Egon de Oliveira Rangel [PUC-SP]
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipol]
Henrique Monteagudo [Universidade de Santiago de Compostela]
Kanavillil Rajagopalan [Unicamp]
Marcos Bagno [UnB]
Maria Marta Pereira Scherre [UFES]
Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]*

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

P522g

Perini, Mário A. (Mário Alberto), 1943-
Gramática do português brasileiro / Mário A. Perini. - São Paulo :
Parábola Editorial, 2010.
(Educação linguística ; 4)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7934-004-8

1. Língua portuguesa - Gramática. 2. Língua portuguesa - Brasil.
I. Título. II. Série.

10-0023

CDD 469.5
CDU 811.134.3'36

Direitos reservados à
PARÁBOLA EDITORIAL
Rua Sussuarana, 216 - Ipiranga
04281-070 São Paulo, SP
pabx: [11] 5061-9262 | 5061-1522 | fax: [11] 5061-8075
home page: www.parabolaeditorial.com.br
e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-7934-004-8

© do texto: Mário A. Perini, 2010

© da edição brasileira: Parábola Editorial, São Paulo, março de 2010

SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR	15
APRESENTAÇÃO	17
1. A gramática não é instrumento de aquisição da língua escrita	17
2. É preciso descrever a língua falada.....	19
3. Estudar a língua como ela é	21
4. É preciso usar noções gramaticais novas	21
5. A gramática não é uma descrição completa.....	22
6. A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).....	23
7. Quadro teórico.....	25
8. A quem se destina este livro.....	26
CAPÍTULO ZERO: PARA QUE ESTUDAR GRAMÁTICA?	29
0.1. Sobre a ciência e o mundo moderno.....	29
0.2. Ciência e educação.....	30
0.3. O processo de alfabetização.....	32
0.4. O que isso tem a ver com a gramática?	33
0.5. A gramática como disciplina científica.....	35
0.6. A ciência na escola.....	37
0.7. Como fica a gramática?	39
0.8. Concluindo.....	41
CAPÍTULO 1: NOSSA LÍNGUA	43
1.1. O português no mundo.....	43
1.2. A língua do Brasil.....	44

SINTAXE DA ORAÇÃO

CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÕES	49
2.1. O que é uma construção.....	49
2.1.1. <i>Definindo a construção</i>	49
2.1.2. <i>Papéis temáticos</i>	51
2.2. Exemplos.....	51
2.3. Ordem dos termos.....	53
2.4. Construções oracionais e subordinadas	53
2.5. A notação do sujeito.....	54
2.6. As construções e a descrição da língua	55
2.7. Complementos e adjuntos.....	57
2.7.1. <i>Dois tipos de constituintes</i>	57
2.7.2. <i>Definindo as construções</i>	61
2.8. Âmbito descritivo das construções.....	62
CAPÍTULO 3: ORAÇÃO	65
3.1. O que é uma oração.....	65
3.2. Sujeito	66
3.2.1. <i>A noção de “sujeito”</i>	66
3.2.2. <i>Identificando o sujeito</i>	68
3.2.3. <i>“Erros de concordância”</i>	72
3.3. SNs objetos.....	72
CAPÍTULO 4: ORAÇÕES SEM SUJEITO	77
4.1. Omissão do sujeito	77
4.2. Imperativo	78
4.3. Verbos que raramente ocorrem com sujeito.....	79
4.3.1. <i>Ter, haver, existir</i>	79
4.3.2. <i>Verbos meteorológicos</i>	80
4.3.3. <i>Ser e estar</i>	81
4.3.4. <i>Ir para, fazer + que</i>	81
CAPÍTULO 5: SUJEITO INDETERMINADO	83
CAPÍTULO 6: OUTROS TERMOS DA ORAÇÃO	87
6.1. SN: sujeito e objeto(s).....	87
6.2. Sintagmas preposicionados.....	89
6.3. Outros complementos do verbo	90
6.3.1. <i>Sintagma adjetivo e sintagma adverbial</i>	90
6.3.2. <i>Problemas de classificação</i>	92
6.4. Negação, auxiliar	93
6.5. Resumo: a estrutura da oração simples.....	94
6.6. A oração, o verbo e os esquemas cognitivos.....	95

CAPÍTULO 7: ALGUMAS CONSTRUÇÕES IMPORTANTES.....	97
7.1. Construções já vistas.....	97
7.2. E mais algumas.....	99
7.3. Construções complexas.....	102
7.4. Elipse de complementos.....	103
CAPÍTULO 8: ORDEM DOS TERMOS NA ORAÇÃO.....	107
8.1. Colocação prévia.....	107
8.2. Sujeito e verbo.....	109
8.3. Sintagmas preposicionados e adverbiais.....	112
8.3.1. <i>Liberdade de ocorrência</i>	112
8.3.2. <i>Exceções aparentes</i>	113
CAPÍTULO 9: PRONOMES OBLÍQUOS.....	115
9.1. Pronomes pessoais.....	115
9.2. Objetos pronominais.....	115
9.3. Posição dos pronomes oblíquos na oração.....	119
9.3.1. <i>Regra geral</i>	119
9.3.2. <i>Pronomes oblíquos com preposição</i>	119
9.3.3. <i>Resumo: forma e posição dos pronomes pessoais</i>	120
9.3.4. <i>O pronome tu</i>	121
CAPÍTULO 10: CONSTRUÇÕES INTERROGATIVAS E NEGATIVAS.....	123
10.1. Interrogativas.....	123
10.1.1. <i>Interrogativas fechadas (sim / não)</i>	124
10.1.2. <i>Interrogativas abertas (interrogativas-Q)</i>	124
10.1.3. <i>É que</i>	125
10.1.4. <i>Inversão</i>	126
10.1.5. <i>Cadê?</i>	126
10.1.6. <i>Interrogativas indiretas</i>	127
10.1.7. <i>Interrogativas eco</i>	127
10.2. Negativas.....	127
10.2.1. <i>Negação verbal</i>	127
10.2.2. <i>Negação depois do verbo</i>	128
10.2.3. <i>Dupla negação</i>	128
10.2.4. <i>Negação nominal e adverbial</i>	130
10.2.5. <i>Negação e afirmação independentes</i>	131
10.2.6. <i>Nem e sequer</i>	131
10.2.7. <i>Uma nota sobre a pronúncia de não</i>	132

VALÊNCIA

CAPÍTULO 11: VALÊNCIA.....	135
-----------------------------------	------------

11.1. O verbo é a chave.....	135
11.2. Diátese, valência	137
11.3. Classes de verbos.....	139
11.4. Contando verbos.....	141
11.5. Diferença entre “construção” e “diátese”	143
11.6. Valência nominal e adverbial	144
CAPÍTULO 12: PAPÉIS TEMÁTICOS	147
12.1. Lista dos papéis temáticos	147
12.2. Problemas.....	151
12.2.1. <i>Uma lista em aberto</i>	151
12.2.2. <i>Os papéis temáticos são esquemáticos</i>	152
PERÍODO COMPOSTO	
CAPÍTULO 13: COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO.....	157
13.1. Coordenação.....	157
13.2. Subordinação	158
13.3. <i>Processos de junção gramatical</i>	160
13.4. <i>Conjunções</i>	162
13.5. <i>Junção sem marca</i>	163
CAPÍTULO 14: ESTRUTURAS ORACIONAIS ESPECIALIZADAS	165
14.1. Orações de infinitivo, gerúndio e subjuntivo	165
14.2. Sintaxe e semântica das subordinadas especializadas	166
14.2.1. <i>Infinitivo</i>	166
14.2.2. <i>Gerúndio</i>	167
14.2.3. <i>Subjuntivo</i>	168
14.3. Resumindo: orações subordinadas.....	169
CAPÍTULO 15: CONTANDO ORAÇÕES.....	171
15.1. Uma oração ou duas?.....	171
15.2. Os participípios	174
15.2.1. <i>O participípio nominal</i>	174
15.2.2. <i>Participípio verbal e participípio nominal</i>	176
15.2.3. <i>Consequências para a análise da construção passiva</i>	178
15.3. Infinitivo e subjuntivo livres	179
CAPÍTULO 16: OMISSÕES ANAFÓRICAS	181
16.1. Anáfora, dêixis e pró-formas.....	181
16.2. Anáfora nas estruturas coordenadas.....	182

16.3. Anáfora nas estruturas subordinadas.....	184
16.4. Uso dos pronomes pessoais.....	186
16.5. Elipse.....	186
CAPÍTULO 17: ORAÇÕES RELATIVAS (ADJETIVAS).....	189
17.1. A estrutura relativa.....	189
17.2. A estrutura relativa no PB.....	191
17.2.1. A <i>preposição é mantida</i>	191
17.2.2. A <i>preposição é omitida</i>	192
17.2.3. <i>Sintagmas adverbiais</i>	192
17.2.4. <i>Relativas livres</i>	193
CAPÍTULO 18: SUBJUNTIVO E INDICATIVO NA ORAÇÃO SUBORDINADA COM QUE.	195
18.1. Um sistema complexo.....	195
18.2. Subjuntivo de persuasão.....	197
18.3. Subjuntivo de incerteza.....	198
18.4. Subjuntivo de emoção.....	199
18.5. O modo nas orações factuais.....	200
CAPÍTULO 19: MODO GOVERNADO PELO CONECTIVO.....	201
19.1. Modo governado por conjunção.....	201
19.2. Modo em estruturas relativas.....	205
19.3. O subjuntivo no PB.....	207
CAPÍTULO 20: USOS DO INFINITIVO.....	209
20.1. Caráter do infinitivo português.....	209
20.1.1. O <i>infinitivo núcleo do SN</i>	209
20.1.2. O <i>infinitivo com auxiliar</i>	210
20.2. Condições de uso do infinitivo.....	210
20.2.1. <i>Querer</i>	211
20.2.2. <i>Tentar</i>	211
20.2.3. <i>Ver e os verbos de percepção e de persuasão</i>	212
20.2.4. <i>Alternância livre infinitivo / subjuntivo</i>	213
20.3. Outras construções de infinitivo.....	214
20.3.1. <i>Difícil de ler</i>	214
20.3.2. O <i>infinitivo em expressões idiomáticas</i>	214

USO DAS FORMAS VERBAIS

CAPÍTULO 21: TEMPO VERBAL: PRESENTE E FUTURO.....	219
21.1. Tempo e aspecto.....	219
21.2. Presente.....	221

21.2.1. <i>Variedades de expressão do presente</i>	221
21.2.2. <i>O presente expressando o futuro</i>	222
21.2.3. <i>O presente expressando o passado</i>	222
21.2.4. <i>O presente em expressões de tempo decorrido</i>	223
21.2.5. <i>Com o verbo estar</i>	223
21.2.6. <i>O presente progressivo</i>	223
21.3. <i>Futuro</i>	224
21.4. <i>Condicional (futuro do pretérito)</i>	224
CAPÍTULO 22: TEMPO VERBAL: PASSADO	227
22.1. <i>Perfeito e imperfeito</i>	227
22.1.1. <i>Delimitação temporal</i>	227
22.1.2. <i>O imperfeito como cenário de outros eventos</i>	229
22.1.3. <i>Eventos acabados e inacabados</i>	230
22.1.4. <i>Eventos contínuos e descontínuos</i>	230
22.2. <i>Passados compostos</i>	231
22.2.1. <i>Tenho feito</i>	231
22.2.2. <i>O mais-que-perfeito composto</i>	232
22.2.3. <i>Outras formas compostas com ter</i>	232
22.3. <i>Formas progressivas</i>	233
CAPÍTULO 23: TEMPO GOVERNADO	235
CAPÍTULO 24: AUXILIARES E MODAIS	237
24.1. <i>O que é um verbo auxiliar</i>	237
24.2. <i>Ter, ir e estar</i>	237
24.3. <i>Modais</i>	238
24.4. <i>Auxiliares em sequência</i>	239
24.5. <i>Propriedades das construções com auxiliar</i>	240
CAPÍTULO 25: PESSOA	243
25.1. <i>Pessoa gramatical e pessoa do discurso</i>	243
25.2. <i>Reflexivos</i>	245
25.2.1. <i>Sujeito e objeto idênticos</i>	245
25.2.2. <i>Recíprocos</i>	245
25.2.3. <i>Verbos reflexivos</i>	246
25.2.4. <i>Formas enfáticas</i>	247

SINTAGMA NOMINAL

CAPÍTULO 26: O NÚCLEO DO SINTAGMA NOMINAL	251
26.1. <i>O sintagma nominal (SN)</i>	251

26.2. Núcleo e limitadores.....	253
26.2.1. <i>Definições</i>	253
26.2.2. <i>Como se identifica o núcleo do SN</i>	254
26.2.3. <i>SNs sem núcleo explícito</i>	256
CAPÍTULO 27: ORDEM DOS TERMOS NO SN	259
27.1. Elementos pré-nucleares.....	259
27.1.1. <i>Predeterminante, determinante, quantificador etc.</i>	259
27.1.2. <i>Itens de posição fixa (pré-nuclear)</i>	262
27.2. Elementos pós-nucleares	263
27.2.1. <i>Antes ou depois do núcleo</i>	263
27.2.2. <i>Colocação do modificador: papéis temáticos</i>	264
27.2.3. <i>Colocação do modificador: restritividade</i>	267
27.2.4. <i>Mudanças de significado</i>	268
27.2.5. <i>Sequências fixas</i>	269
27.3. Modificadores expandidos	269

CONCORDÂNCIA

CAPÍTULO 28: CONCORDÂNCIA VERBAL	273
28.1. O que é a concordância verbal	273
28.2. A concordância verbal no PB	277
CAPÍTULO 29: CONCORDÂNCIA NOMINAL	279
29.1. O que é a concordância nominal	279
29.2. Gênero	280
29.2.1. <i>Gênero inerente e governado</i>	280
29.2.2. <i>Gênero gramatical e gênero natural (sexo)</i>	281
29.3. Número.....	281
29.3.1. <i>Singular e plural</i>	281
29.3.2. <i>Concordância de número no PB</i>	282
29.4. Concordância nominal fora do SN	283
29.5. Marcados e não marcados	284

CLASSES DE PALAVRAS

CAPÍTULO 30: CLASSIFICAÇÃO	289
30.1. Classes e funções.....	289
30.2. Definindo classes	290
30.3. Para que classificar?	294

CAPÍTULO 31: NOMINAIS	297
31.1. Definição de “nominal”	297
31.2. Tipos de nominais.....	300
31.2.1. <i>Nomes</i>	300
31.2.2. <i>Pronomes</i>	301
31.2.3. <i>Artigos e predeterminante</i>	302
31.2.4. <i>Quantificadores etc.</i>	303
31.2.5. <i>Possessivos</i>	305
CAPÍTULO 32: VERBOS	307
32.1. Identificando o verbo.....	307
32.2. Elenco de formas	307
32.2.1. <i>Pessoas</i>	307
32.2.2. <i>Tempos e modos</i>	308
32.3. Morfologia.....	309
32.3.1. <i>Imperativo</i>	309
32.3.2. <i>Futuro do subjuntivo</i>	309
32.3.3. <i>Pronúncia do infinitivo</i>	310
CAPÍTULO 33: CONECTIVOS	311
33.1. Preposições.....	311
33.1.1. <i>Preposições predicadoras</i>	311
33.1.2. <i>Preposições funcionais</i>	313
33.2. Conjunções.....	314
33.3. Coordenadores.....	315
CAPÍTULO 34: ADVERBIAIS	317
34.1. Posição.....	318
34.2. Escopo.....	319
CAPÍTULO 35: EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS	323
35.1. O que é uma expressão idiomática	323
35.2. Tipologia das expressões idiomáticas.....	325
35.3. Importância das expressões idiomáticas na descrição	326
35.4. As expressões idiomáticas são metáforas?.....	327

DISCURSO

CAPÍTULO 36. TOPICALIZAÇÃO	331
36.1. Tópico e topicalização.....	331
36.2. Tópico sintático	332
36.2.1. <i>Construção de deslocamento à esquerda</i>	332

36.2.2. <i>Construção passiva</i>	332
36.2.3. <i>Construções clivadas</i>	333
36.3. Tópico discursivo	333

FONOLOGIA

CAPÍTULO 37: PRONÚNCIA	339
37.1. A pronúncia do português brasileiro	339
37.2. Consoantes	342
37.3. Vogais	346
37.3.1. <i>Acento tônico</i>	346
37.3.2. <i>Acento secundário</i>	348
37.3.3. <i>Omissão de e final</i>	348
37.3.4. <i>Omissão de o final</i>	349
37.3.5. <i>Surdas e sonoras</i>	349
CAPÍTULO 38: FENÔMENOS NÃO MARCADOS NA ORTOGRAFIA	351
38.1. Itens lexicais	351
38.1.1. <i>Proclíticos</i>	351
38.1.2. <i>O verbo (es)tar</i>	352
38.1.3. <i>A partícula negativa não</i>	352
38.1.4. <i>O sufixo de gerúndio</i>	353
38.1.5. <i>Formas de 1ª pessoa do plural</i>	353
38.1.6. <i>Você</i>	354
38.2. Fenômenos de sândi	354
38.2.1. <i>Elisão</i>	355
38.2.2. <i>Haplologia</i>	356
38.3. Contrações	356
CRÉDITOS	359
BIBLIOGRAFIA (OBRAS CITADAS)	361
ÍNDICE REMISSIVO	363

NOTA DO EDITOR

Esta obra de Mário A. Perini é publicada em 2010, o mesmo ano em que ele recebe a Medalha Isidoro de Sevilha de Destaque em Linguística e Filologia (2009), concedida pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos.

A *Gramática do português brasileiro* é uma promissora decorrência das pesquisas do Autor sobre o português falado. Aqui ele se concentra em fenômenos insistentemente negligenciados pelas gramáticas tradicionais, que não dão conta do que acontece em e com nossa língua. Mesmo assim, elas ainda querem fazer crer que dão conta do todo da língua.

Esta *Gramática* vem sendo esperada há muito tempo e, para a Parábola Editorial, ela constitui um marco em defesa da autonomia do português brasileiro e uma demonstração da maturidade dos estudos linguísticos que constituem o cerne de nosso catálogo, que busca reunir os autores mais expressivos, os professores de maior poder de transmissão e os pesquisadores de maior fôlego. Mário A. Perini é tudo isso e muito mais. Para nós, é um grande privilégio poder juntar nossos esforços a seu empenho “em elaborar uma descrição da língua em nível universitário, para só então produzir material dirigido ao ensino médio: gramáticas, exercícios e manuais utilizáveis em sala de aula”.

Que o futuro nos permita colaborar com esse grande e necessário projeto. E que alunos e professores de línguas em todos os níveis, a começar dos alunos e professores de letras, possam utilizar em sua formação científica este livro, que leva em conta, prioritariamente, “a gramática da língua falada no Brasil por mais de 187 milhões de pessoas”.

Que todos tenham ciência de que são os interesses e as necessidades dos leitores brasileiros que são contemplados pela gramática da língua falada que aqui, esperançosos, disponibilizamos.

APRESENTAÇÃO

Gramática do português brasileiro não é uma tradução de minha gramática anterior, *Modern Portuguese* (Perini, 2002), embora retome algumas passagens dela. Aqui tive que levar em conta, primeiro, a diferença de público: em vez de estrangeiros interessados em conhecer os fatos básicos da língua com objetivos práticos, me dirijo primariamente a estudantes de gramática cujos objetivos são antes de natureza científica. E, depois, decidi incluir no texto resultados de pesquisas realizadas, ou chegadas ao meu conhecimento, desde a época em que escrevi o livro anterior. Como resultado, temos aqui um livro muito diferente e, espero, mais adaptado aos interesses e necessidades do leitor brasileiro.

Esta gramática tem objetivos diferentes das gramáticas usuais, e por isso requer alguma explicação prévia. Os pontos de diferença principais dizem respeito não à análise dos fatos da língua, mas à atitude a assumir frente aos estudos gramaticais. Vou arrolá-los abaixo, com algum comentário.

1. A gramática não é instrumento de aquisição da língua escrita

O primeiro ponto a salientar tem a ver com a suposta utilidade da gramática como instrumento de aquisição da língua padrão escrita.

Vamos imaginar que o autor de um livro de astronomia seja criticado porque seu texto não serve como orientação para a elaboração de horóscopos. A resposta a ser dada, evidentemente, é que não há nenhuma evidência de que os planetas,

estrelas e outros corpos celestes tenham influência sobre o destino e a personalidade dos seres humanos. O objetivo de um livro de astronomia dirigido ao público geral é descrever (e em certa medida explicar) como funciona o cosmos: o sistema solar, as estrelas, os cometas etc. Trata-se de um livro de informação científica, e se justifica em parte pela importância da ciência em nossos dias. O fato de que essa informação não leva a previsões sobre o que nos pode acontecer amanhã ou dentro de vinte anos não é relevante. Hoje, é claro, ninguém mais espera que um cientista se dedique à confecção de horóscopos, e a astronomia tem seu lugar reconhecido entre as disciplinas que vale a pena estudar por elas mesmas. Analogamente, ninguém mais cobra dos químicos que transformem chumbo em ouro, nem dos físicos que construam um moto perpétuo.

Quando passamos ao campo da gramática, as coisas mudam: relativamente pouca gente espera estudar gramática como parte de sua formação científica. Em vez disso, esperam que o estudo da gramática lhes forneça meios de desenvolver seu desempenho na língua padrão, principalmente na escrita; para muitas pessoas, é isso o que justifica a presença dos estudos gramaticais na escola.

Mas estudar gramática não leva, nunca levou, ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura, escrita ou fala, nem sequer seu conhecimento prático do português padrão escrito. Essas habilidades podem e devem ser adquiridas, mas o caminho não é estudar gramática. Podemos gostar disso, ou podemos não gostar — mas é um fato. Se quisermos manter os estudos gramaticais na escola, temos que descobrir outra justificção para eles, e isso é discutido adiante no capítulo zero. Aqui basta dizer que a gramática é uma disciplina científica, tal como a astronomia, a química, a história ou a geografia; ela deve ser estudada porque é parte da formação científica dos alunos — formação essa que se torna cada dia mais indispensável ao cidadão do século XXI. Esperar do estudo de gramática que leve alguém a ler ou escrever melhor é como esperar do estudo da fisiologia que melhore a digestão das pessoas. E, como evidência bastante clara do que estou dizendo, todos conhecemos pessoas que escrevem, lêem ou falam em público muito bem, e que se confessam seriamente ignorantes de gramática.

Por ora, portanto, vamos deixar claro que os estudos de gramática oferecem uma visão da estrutura e do funcionamento da língua, esse maravilhoso mecanismo que, ao permitir a comunicação, possibilita a própria existência da complexa sociedade

moderna. A gramática não esgota nem o estudo da língua, nem o da comunicação humana; mas é um ingrediente fundamental dela. Assim como nenhuma sociedade humana prescinde de comunicação, nenhuma existe sem uma língua, e todas as línguas têm gramática.

2. É preciso descrever a língua falada

Vamos estudar aqui a gramática da língua falada no Brasil por mais de 187 milhões de pessoas. E isto nos leva a outro ponto em que este livro difere das gramáticas comumente adotadas em nossas escolas.

A língua que falamos (nós todos, operários, professores, mecânicos, médicos e manicures) é bastante diferente da língua que escrevemos (isto é, aqueles dentre nós que têm a formação necessária para a tarefa de escrever). Assim, na cantina dizemos *me dá um quibe aí*, mas na língua escrita isso seria *dê-me um quibe*. Note-se que se trata de duas formas de expressão igualmente adequadas, cada qual no seu contexto. Seria bastante estranho chegarmos na cantina e dizermos *dê-me um quibe* — o falante ia parecer pedante, até mesmo antipático (“quem esse cara tá pensando que é?”). Uns momentos de reflexão devem deixar bem claro que as duas variedades¹ existem, vão continuar a existir e, principalmente, não podem ser trocadas: escreve-se uma tese em português padrão escrito, pede-se um quibe em português falado. A esse português falado se dá em geral a designação de **português falado do Brasil**, ou **PB**². Este livro é uma gramática do PB³.

Tanto o PB quanto o português padrão têm importância na nossa sociedade. Talvez seja inconveniente essa dualidade de variedades usadas no mesmo país, mas é um fato de que não podemos escapar. Vamos continuar tendo que estudar o português padrão, e vamos continuar sentindo aquela sensação de frio na barriga na hora de escrever um texto de mais responsabilidade. Mas, no que pese a relevância de cada

¹ Há muito mais que apenas duas; estou simplificando as coisas. Mas creio que as diversas variedades faladas, em conjunto, se opõem nitidamente à variedade padrão escrita, o que nos autoriza a falar do **português falado do Brasil** como uma entidade linguística razoavelmente coerente.

² Neste livro me refiro ao português do Brasil como **PB** ou simplesmente **português**. A outra variedade principal da língua falada pode ser chamada **português europeu**.

³ A primeira a ser publicada em português. Em inglês, existe meu trabalho anterior (Perini, 2002); vale a pena também citar Thomas (1969), que, embora só trate dos aspectos sintáticos, é um trabalho importante.

uma, a variedade a que chamamos PB tem uma importância que o padrão não tem: o PB é conhecido e usado constantemente pela totalidade dos brasileiros⁴, ao passo que o padrão é privilégio de uma pequena minoria de pessoas mais escolarizadas — e, além disso, só se usa em situações especiais, relativamente raras: escrevendo textos para publicação, fazendo discursos de formatura, coisas assim. O padrão nunca é usado na fala cotidiana, e na verdade é ignorado pela esmagadora maioria da população.

E as diferenças entre os dois são bem grandes, maiores do que às vezes se pensa, o que justifica elaborar uma gramática do PB. Mas como sempre encontramos gramáticas dedicadas exclusivamente à descrição do padrão, é de se esperar que haja uma reação de estranheza frente a uma gramática do PB. No entanto, é urgente elaborar gramáticas do PB, para que não se eternize a anômala situação de um povo que não estuda — na verdade, às vezes se recusa a estudar — a língua que fala. Um povo, na verdade, que tende a negar a existência dessa língua, como quando se diz que a frase *me dá um quibe aí* “não existe”. Já passou da hora em que devíamos abrir os olhos para a nossa realidade linguística, e esta gramática pretende ser um pequeno passo nessa direção.

Embora ainda faltem gramáticas abrangentes do PB, já foram realizados trabalhos de análise de muita importância; cito aqui a coletânea organizada por Castilho (1990-2002) como uma fonte importante de observações e análises; certas obras mais antigas, como notadamente Andrade (1990, mas elaborada nos anos 1920) e Amaral (1920), que mostram que a realidade linguística do Brasil já era reconhecida há quase um século; e os livros de Bagno (1999; 2000; 2003; 2004), que são um veemente manifesto em favor do estudo do PB⁵. É bom notar que a decisão de descrever o PB não implica na crença de que o português padrão não deva ser usado, estudado e ensinado; conforme disse, as duas variedades são parte da vida da nossa sociedade. Apenas, trata-se de enfatizar a necessidade de reconhecer a variedade que é a mais importante na prática, e que foi até hoje muito pouco estudada.

⁴ Excetua-se apenas algumas comunidades indígenas ou de imigrantes recentes; essas comunidades representam menos de 1% da população total do país.

⁵ Noll (2008) tem muitas informações interessantes, principalmente no que diz respeito à história da língua; mas deve ser usado com cautela, porque é frequentemente incorreto em suas observações. Quanto às origens do PB, temos um trabalho recente e importante, Naro e Scherre (2007).

3. Estudar a língua como ela é

O objetivo deste livro é descritivo: ou seja, pretende descrever como é o PB, não prescrever formas certas e proibir formas erradas. Para nós, “certo” é aquilo que ocorre na língua. É verdade que quase todo mundo tem suas preferências, detesta algumas construções, prefere a pronúncia de alguma região etc. Mas o linguista precisa manter uma atitude científica, com atenção constante às realidades da língua e total respeito por elas. Se ele verifica que as pessoas dizem frases como *se você ver ela, fala com ela pra me telefonar*, precisa reconhecer essa construção como legítima na língua. Por outro lado, em um texto escrito, ele provavelmente encontraria *se você a vir, diga-lhe que me telefone*, e essa construção igualmente precisa ser reconhecida. As duas coexistem, cada qual no seu contexto; nesta gramática estamos estudando as formas que ocorrem no contexto falado informal — não em textos publicados, nem em discursos formais de posse ou formatura. O linguista, cientista da linguagem, observa a língua como ela é, não como algumas pessoas acham que ela **deveria** ser. Condenar uma construção ou uma palavra ocorrente como incorreta é mais ou menos como decretar que é “errado” que aconteçam terremotos (não seria melhor que não acontecessem?). Mas eles acontecem, e um cientista não tem remédio senão reconhecer os fatos⁶.

4. É preciso usar noções gramaticais novas

Outra característica importante deste livro, que não deixará de chamar a atenção dos leitores, é que ele inclui, em maior medida do que as gramáticas usuais, a apresentação, explicação e discussão dos conceitos utilizados na análise. Assim, noções como **sintagma nominal**, **sujeito**, **função sintática**, **papel temático**, **classe de palavras** e outras são explicadas com certo detalhe. Discuto também, em certos pontos, o porquê de se utilizar esses conceitos na análise — e isso não aparece nas gramáticas tradicionais. A razão é que não é possível estudar gramática (nem disciplina nenhuma) sem dominar certos conceitos básicos; e os conceitos da gramática tradicional são em grande parte inadequados. Eles precisam ser substituídos por outros que não são do conhecimento geral.

⁶ Não quero insinuar que a existência do PB seja uma calamidade; estou apenas fazendo uma comparação de atitudes.

Assim, apresento aqui não apenas a gramática da língua propriamente dita, mas também alguns conceitos que para o leitor podem ser novos. Nesses pontos, fiz todos os esforços para incluir explicações claras e objetivas, com exemplificação suficiente, a fim de evitar aquela sensação tão comum aos estudantes de gramática de estar lidando com noções que não dominam. O objetivo é levar o leitor a um conhecimento consciente das estruturas da língua, não apenas à memorização de um conjunto de afirmações mais ou menos gratuitas. E a razão do estabelecimento desse objetivo é minha convicção de que a gramática deve ser uma disciplina científica.

5. A gramática não é uma descrição completa

Em geral se entende, implicitamente, que as gramáticas usuais oferecem uma descrição completa da estrutura da língua. Aliás, isso ajuda a explicar o fato de que elas não variam conforme passa o tempo: a lista de tópicos é mais ou menos a mesma nas gramáticas de 1949 e nas de 2009. Desse modo, os estudos gramaticais tradicionais tendem a passar a imagem de uma disciplina basicamente “pronta”, com no máximo alguns pontos ainda controversos a acertar.

Essa imagem é seriamente inadequada. A estrutura de uma língua é muito mais complexa do que geralmente se imagina. Em primeiro lugar, muitas das noções utilizadas na descrição estão ainda mal definidas, e constituem assunto de discussões teóricas intensas (e às vezes tensas). Posso citar coisas como: as classes de palavras; as funções sintáticas; a valência dos verbos, dos nominais e dos advérbios; as relações semânticas entre o verbo e os complementos em uma oração (papéis temáticos); a estrutura interna dos sintagmas (como o sintagma nominal); os princípios que governam a ordem das palavras. Como se vê, a área de incerteza é extremamente ampla, e é de esperar que novos resultados venham com frequência interferir nas gramáticas, mesmo as mais atualizadas.

Isso acontece porque a linguística é uma ciência viva e em pleno desenvolvimento, não um conjunto de técnicas estabelecidas há muito tempo e que só temos que aplicar. Nenhuma descrição gramatical pode, portanto, ter a pretensão de ser completa ou definitiva. Hoje sabemos muito mais sobre a estrutura das línguas do que se sabia em 1900, em 1950 ou em 1980. E vamos saber ainda mais em 2040. Não existe gramática completa e definitiva de língua nenhuma.

Essa é, aliás, a situação nas disciplinas científicas em geral. No que pese o avanço do conhecimento, não há nenhum final à vista, por várias razões — muito em especial por causa da vastidão dos fenômenos que estudamos. Por isso vou deixar bem claro que a descrição contida neste livro não cobre mais do que alguns aspectos da estrutura, isso porque nosso conhecimento é ainda parcial e fragmentário. Nisso esta gramática não é diferente de todas as outras, tradicionais ou não. Por outro lado, há traços importantes que já podem ser explicitados, e aqui fiz um esforço para incluir muitos deles.

6. A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)

Boa parte da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) precisa ser abandonada na descrição do PB. Isso se deve a diversos fatores, entre os quais o caráter assistemático da própria NGB, assim como sua pobreza conceitual frente à extrema complicação dos fatos. Na verdade, a NGB parece mais um compromisso político, levando em conta inclusive os interesses imediatos do ensino, do que resultado de pesquisa linguística. No entanto, um sistema de descrição tem objetivos científicos, não primariamente pedagógicos. Em particular, não é possível descrever um fenômeno complexo como é a língua através de categorias simples e pouco numerosas. Se a complexidade dos fatos dificulta o ensino, esse é evidentemente um problema a ser enfrentado — mas não ao custo de falsificar a natureza do fenômeno estudado. Mal comparando, não podemos, em zoologia, distinguir os animais em mamíferos e aves, apenas. Enquanto existirem peixes, répteis, moluscos, insetos, aracnídeos, crustáceos e anfíbios, o estudo da zoologia não tem alternativa senão lidar com essa categorização relativamente complexa. O mesmo vale para a gramática: fatos complexos requerem uma descrição complexa, e qualquer outra saída acarreta a transmissão aos alunos de uma imagem falsa do fenômeno estudado.

O que se disse acima a respeito da insuficiência da NGB e da gramática tradicional para a descrição do PB vale igualmente para a descrição do português padrão escrito. Ou seja, as gramáticas escolares que tratam exclusivamente do português escrito (e que são as utilizadas em nossas escolas) são também cheias de inadequações extremamente sérias. Não vou insistir nesse ponto aqui, pois ele já foi abordado detalhadamente em vários trabalhos para os quais remeto o leitor: por exemplo Haüy

(1983), Perini (1985). Reafirmo apenas a necessidade de se elaborar igualmente uma nova gramática para a língua padrão escrita.

Por outro lado, esta gramática não tem a pretensão de substituir a NGB como doutrina semioficial a ser adotada nas escolas. A bem dizer, a NGB foi apenas “recomendada” pelo MEC⁷, embora tenha sido interpretada nos últimos cinquenta anos como uma lei de fato. Mas os resultados da pesquisa científica não podem ser objeto de lei; a lei não pode determinar como devem ser estudados, analisados e representados os fenômenos que constituem o objeto da ciência. E, justamente por ser entendida como uma lei, a NGB teve como efeito imediato a extinção das pesquisas em gramática tradicional e o divórcio entre a pesquisa linguística e o ensino de gramática nas escolas.

Uma nova gramática é uma nova proposta, e apenas isso; não pode ser apoiada, muito menos imposta, por lei. Assim como não existe uma astronomia oficial, assim como não existe uma teoria biológica estabelecida por lei, não pode haver uma teoria gramatical oficial. Se há divergências entre os pesquisadores (e como há!), elas têm que ser dirimidas através do diálogo, da argumentação, da testagem, nunca através de recursos de ordem legal. As leis têm importância em sua área — mas seu valor não se estende à investigação científica, que segue outros princípios, ligados à coerência lógica e à adequação aos fatos observados. Assim, a NGB é mais prejudicial do que benéfica, e viveremos melhor sem ela.

Isso dito, posso ver o que motivou a elaboração da NGB nos anos 1950: a proliferação de designações diferentes para o que era mais ou menos a mesma coisa. Eu, por exemplo, estudei que o artigo tinha a função de “adjunto limitativo”, e com outro professor que era “adjunto adnominal”, e ainda com outro que era “determinante” etc. Essa é realmente uma situação incômoda. Mas o problema é que uma nomenclatura não é independente de uma teoria⁸, e ainda não possuímos uma teoria suficientemente desenvolvida para isolar todas as questões de terminologia. Por ora, pelo menos, é melhor conviver com nomenclaturas divergentes, porque a alternativa é inaceitável, como nos mostrou a adoção da NGB nestes cinquenta anos: seria a definição de uma **teoria** a ser adotada no ensino. Se (como acredito)

⁷ Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959.

⁸ Por exemplo, segundo uma das nomenclaturas que estudei, o artigo era “adjunto limitativo” e um adjetivo posposto (*casa amarela*) era “adjunto adnominal”; segundo a NGB, ambos são “adjuntos adnominais”. Como se vê, há aqui uma diferença de análise, não apenas de nomenclatura.

a gramática é uma disciplina científica, temos que assumir as responsabilidades e atitudes de cientistas, estudantes ou professores de ciência. E em ciência não há atalhos: ou as baleias são peixes ou não são peixes, e isso se resolve através da observação e do estudo, nunca através de legislação⁹.

7. Quadro teórico

Uma pergunta que certamente vai ser feita a respeito desta gramática é: que teoria foi adotada para orientar sua elaboração?

A resposta é dupla: por um lado, tentei utilizar um corpo de categorias teóricas de aceitação mais ou menos geral. Ao contrário do que se possa pensar, esse corpo teórico existe, e não é nada pequeno: por exemplo, se alguém fala de “verbos”, ou de “concordância”, ou de “preposição”, ou de “sintagma nominal (SN)”, é imediatamente compreendido; esses termos evocam, se não definições teóricas, pelo menos grupos de fenômenos bastante bem definidos. Neste livro, fiz um esforço para incluir informação consensual, sempre que possível. Por exemplo, se digo que em português temos uma construção da forma **SN - verbo - SN**, na qual o primeiro SN é sujeito e tem o papel temático de Agente, e o segundo SN tem o papel temático de Paciente, como em *o gato arranhou a menina*, creio que ninguém negará que se trata de um fato da língua.

Por outro lado, não é possível, no atual estado do conhecimento, construir uma gramática inteiramente baseada em afirmações universalmente aceitas como essa. Assim, nos casos em que se tornou indispensável elaborar análises mais avançadas, recorri a certos princípios que vêm se impondo entre os pesquisadores de orientação descritivista, em particular o princípio da sintaxe simples (*Simpler Syntax*), proposto por Culicover e Jackendoff (2005). O leitor interessado deve consultar o trabalho de Culicover e Jackendoff, e também meu livro *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais* (Perini, 2008), onde as bases da análise são detalhadamente expostas. O resultado é uma gramática **descritiva**, que procura explicitar a língua realmente utilizada pelos falantes do PB, sem discutir ou

⁹ O furor legislativo nessa área pode ir a extremos: Grant (2007) relata que em 1897 foi proposta uma lei no estado de Indiana (EUA) para fixar o valor de π em 3,2 (felizmente o projeto não passou: foi derrotado por dois votos).

sustentar alguma teoria em particular; e muito menos prescrever a língua ideal que as pessoas deveriam usar.

A ênfase deste livro é na sintaxe e semântica da oração. Essas são áreas particularmente carentes no momento, além de serem aquelas em que tenho trabalhado intensivamente. Tive que tratar meio de passagem duas outras áreas importantes, a morfologia e a fonologia — primeiro, por causa da necessidade de manter este livro dentro de dimensões razoáveis; e, depois, porque existem alguns trabalhos relevantes e adequados nessa área. Gostaria de mencionar em especial Pontes (1973a), que oferece uma descrição abrangente e correta da morfologia do verbo no PB; e Silva (1999) para um apanhado da fonologia. Quanto aos fenômenos discursivos, tive que me limitar às construções de tópico. Considero essa área largamente inexplorada, à parte os importantes estudos de Pontes (1987).

8. A quem se destina este livro

Há uma necessidade urgente de gramáticas atualizadas em todos os níveis. O primeiro passo, entretanto, me parece o de elaborar uma descrição da língua em nível universitário, para só então produzir material dirigido ao ensino médio: gramáticas, exercícios e manuais utilizáveis em sala de aula.

Todas essas tarefas já podem ser enfrentadas; e esta gramática representa uma tentativa de atacar a primeira delas. Este é, portanto, um livro destinado a alunos e professores de letras, assim como a professores de línguas de todos os níveis — pessoas que já conhecem os rudimentos da gramática¹⁰. Em breve, espero, estarão disponíveis textos e exercícios destinados aos alunos, dentro dos objetivos que, a meu ver, se aplicam ao ensino de gramática nesse nível, e que estão explicitados no próximo capítulo.

Procurei, sempre que possível, justificar as análises propostas — isso dentro da idéia de que o estudo de gramática é uma disciplina científica, onde apenas aprender uma lista de resultados não faz sentido. O estudante deve sempre procurar saber **por que** se adota uma análise e não outra; esse é um ingrediente fundamental de sua formação intelectual, e não deve nunca ser desprezado.

¹⁰ Não mais do que rudimentos. Aliás, suspeito que um conhecimento profundo e arraigado da gramática tradicional é mais desvantagem do que vantagem, pois tende a interferir com a aprendizagem de conceitos novos.

Considerando que este é um livro destinado a estudantes e pessoas interessadas mais na língua portuguesa do que na teoria linguística, fui meio repetitivo em algumas passagens. Optei por esse recurso para não abusar de referências, facilitando a leitura fluente; ou seja, sacrifiquei a elegância à necessidade de clareza. E evitei entrar em longas e complexas discussões de questões ainda em aberto, porque afinal de contas este texto é uma gramática, e não um compêndio de teoria gramatical. Assim, quando nos deparamos com essas questões mais problemáticas, remeto o leitor interessado a outras obras que tratam dos grandes problemas do momento. Essa é uma solução de compromisso, mas a meu ver inevitável, dados os objetivos do presente livro.

M.A.P.
fevereiro de 2010